



**DE ELEOTÉRIOS A POTIGUARAS: A VERDADE SOBRE SI DO POVO
ORIGINÁRIO QUE VIVE ÀS MARGENS DO RIO CATU NO NORDESTE
BRASILEIRO**

**FROM ELEOTÉRIOS TO POTIGUARAS: THE TRUTH ABOUT SELF OF
THE ORIGINAL PEOPLE WHO LIVE ON THE BANKS OF THE CATU RIVER IN
THE BRAZILIAN NORTHEAST**

Resumo: A virada do século XX para o século XXI constitui um divisor de águas no perceber-se indígena do povo que vive às margens do Rio Catu. Certamente, isso não se dá como obra do acaso. Haja vista que o contexto latino-americano se associa ao cenário de etnogênese vivenciado pelo povo do Catu. Este estudo busca verificar como o discurso contra hegemônico revela a verdade sobre si dos povos originários. Para tanto se vale uma abordagem qualitativa que compreende revisão narrativa e sistemática da literatura, observação participante, uso tecnologias e realização de entrevistas. Cumpre registrar que o dizer sobre si dos Potiguaras do Katu tem estreita relação com a recepção de visitantes inseridos no universo acadêmico. Vale ainda registrar que não são apenas os agentes externos que vêm colaborando para a reescrita historiográfica sobre o povo do Catu, eles próprios vêm reescrevendo a verdade sobre si. Uma verdade que remete a saída do olhar cristalizado para indígena do século XVII, compreendo toda a configuração histórica em que se chegou ao cenário atual. O processo que tensiona à construção de um repertório discursivo soma-se às vozes latino-americanas no sentido de se buscar Estados Plurinacionais. Entretanto, no contexto brasileiro dispositivos como o PL 490/2007 tem se colocado como um obstáculo para tal.

Palavras-chave: Povos originários. Verdade sobre si. Eleotérios do Catu. Potiguaras do Katu.

Abstract: The turn of the 20th century to the 21st century constitutes a watershed in the perception of being indigenous by the people who live on the banks of the Catu River. Certainly, this does not happen by chance. Given that the Latin American context is associated with the ethnogenesis scenario experienced by the people of Catu. This study seeks to verify how the counter-hegemonic discourse reveals the truth about the original peoples themselves. For this, a qualitative approach is used, comprising a narrative and systematic review of the literature, participant observation, use of technologies and interviews. It should be noted that what the Potiguaras do Katu say about themselves is closely

Ana Neri da Paz Justino
neri.justino@ifrn.edu.br

Wilker Ricardo de Mendonça
Nóbrega
wilkernobrega@yahoo.com.br

Maria da Conceição da Paz Silva
mcpazsilva@gmail.com

Diogo Moreno dos Santos
diogomoreno1@yahoo.com.br

related to the reception of visitors from the academic universe. It is also worth mentioning that it is not just external agents who have been collaborating in the historiographical rewriting of the people of Catu, they themselves have been rewriting the truth about themselves. A truth that refers to the departure of the crystallized look for the indigenous people of the 17th century, I understand the entire historical configuration in which the current scenario arrived. The process that stresses the construction of a discursive repertoire adds to Latin American voices in the sense of seeking Plurinational States. However, in the Brazilian context, provisions such as PL 490/2007 have been an obstacle to this.

Keywords: Original peoples. Truth about Oneself. Eleotérios from Catu. Potiguaras from Catu.

1 Introdução

Tornar visível a “invisível” prática social discursiva acerca da população indígena no Rio Grande do Norte (RN) remete a posicionar o discurso como parte da efervescência latino-americana da segunda metade do século XX. Isso implica em observar como os dispositivos supranacionais colaboraram para os processos etnogênese e retomada que foram se estruturando a partir da mobilização dos movimentos sociais como um processo de resistência aos séculos de tentativa de silenciamento e apagamento. Embora visto com ressalvas, estudiosos apontam que a “América espanhola” tem se posicionado positivamente na implementação de estados plurinacionais. No Brasil, a Constituição de 1988 traz consigo o imperativo do Art. 231 que trata da matéria dos povos originários. Dentre outros elementos, o instrumento legal traz o entendimento de território tradicionalmente ocupado. É importante mencionar que em 2023 têm-se um marco na valorização dos povos originários quando se lança a primeira Constituição em língua indígena¹. Uma referência às iniciativas alusivas à Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032) das Nações Unidas².

O contexto ora apresentado traz consigo o imperativo de anunciar que este estudo objetiva verificar como o discurso contra hegemônico revela a verdade sobre si dos povos originários. O campo empírico de tal observação se dá no território indígena Eleotérios do

¹

<https://www.cnj.jus.br/ao-lancar-primeira-constituicao-em-lingua-indigena-presidente-do-stf-e-do-cnj-destaca-momento-historico-para-o-brasil/>

² <https://www.un.org/development/desa/indigenouspeoples/indigenous-languages.html>

Catu, situado no Nordeste brasileiro. Sua escolha se dá a partir da lógica foucaultiana de tornar visível o que é visto (Foucault, 1996) de modo que a posição ocupada pelos sujeitos por meio dos atravessamentos imbricados nos estatutos de verdade (Foucault, 1999a) remetem ao imperativo de visitar os regimes de verdade na relação dos sujeitos consigo e com os outros (Foucault, 2010).

Assim, o estudo em tela discorre sobre a prática social discursiva dos povos originários no RN sem descolar a discussão de um contexto maior onde iniciativas em âmbito internacional e nacional vão reverberar no processo de etnogênese vivido pelo povo do Catu na virada do século XX para o século XXI. O texto ainda reflete acerca do papel da academia na construção da verdade sobre si dos Potiguaras do Katu onde tanto os visitantes quanto os residentes da comunidade têm colaborado para a construção de um repertório discursivo que assenta o entendimento contemporâneo acerca do que é “ser indígena”.

Para alcançar o objetivo proposto o estudo se vale de uma abordagem qualitativa que contempla elementos de revisão da literatura tanto narrativa quanto sistemática, bem como, a realização de campo empírico por meio da observação participante, uso de tecnologias de georreferenciamento, registros filmicos e fotográficos entre os anos de 2021 e 2023. Além disso também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 12 lideranças da comunidade entre os meses de julho e agosto de 2022. Desse modo, o estudo apresenta-se em duas partes. Na primeira há uma reflexão contextualizada acerca dos elementos que levaram ao apagamento, bem como, ao ressurgimento dos povos originários do RN na historiografia oficial, notadamente o povo do Catu. Na segunda, se discute a prática social discursiva dos Potiguaras do Katu, a partir dos resultados do trabalho de campo, enquanto elemento de etnogênese e resistência aos séculos de silenciamento advindos da colonização portuguesa. Por fim, se reflete que embora a autodeclaração seja uma prerrogativa constitucional, na prática ainda um caminho a ser percorrido pelos povos originários tanto do RN quanto do Brasil, haja vista a tramitação legislativa e judiciária do dispositivo Marco Temporal presente no PL 490/2007.

2 ENTRE O VISÍVEL E O VISTO NA PRÁTICA SOCIAL DISCURSIVA DOS POVOS ORIGINÁRIOS

La expropiación de los indígenas –usurpación de sus tierras y de su fuerza de trabajo– ha resultado y resulta simétrica al desprecio racial, que a su

vez se alimenta de la objetiva degradación de las civilizaciones rotas por la conquista. Los efectos de la conquista y todo el largo tiempo de la humillación posterior rompieron en pedazos la identidad cultural y social que los indígenas habían alcanzado (Galeano, 2004, p.47).

Compreender a presença dos povos originários que habitam o vale do Rio Catu remete a sair da busca de evidências por meio da materialidade objetiva e assumir a oralidade como um componente singular no tensionamento de uma elaboração contextualizada. Em linhas gerais é possível afirmar que a partir da primeira década do século XXI essa oralidade tem saído do campo tácito e tomando um corpo explícito. Isso se dá a partir de documentos institucionais, numa escala macro, como é o caso Marco Conceitual dos Povos Indígenas do RN, anexo ao Manual Operativo Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Rio Grande do Norte (RN) Sustentável (Rio Grande do Norte, 2013). Mas, também é possível perceber essa tendência numa escala micro, em documentos produzidos pela própria comunidade como é o caso do Projeto Político Pedagógico (PPP) da primeira escola reconhecidamente indígena do RN, a Escola Municipal Indígena João Lino da Silva (EMIJLS) (EMIJLS, 2022).

Contudo, mesmo com a existência de elementos formais capazes de explicitar o conhecimento, quando se remete aos povos originários, o norte para construção de tal sistematização reside na ausculta ativa dos elementos tácitos a eles imbricados, ou seja, é preciso conceber a oralidade como uma parcela significativa da prática social discursiva. Assim, quando pesquisadores começam a questionar a historiografia oficial e iniciam suas inquietações investigativas tomando como mote a emergência étnica dos povos originários no RN, a oralidade toma um corpo signifiante. Um dos destaques a esse respeito se dá ao território Eleotérios do Catu, quando ele passa a atrair a atenção como um campo passível de observação para os estudiosos da temática. Neste sentido, merece destaque o estudo de Silva (2007) pelo pioneirismo, cujo propósito foi elucidar o processo de construção da etnicidade dos Eleotérios. Nele, a autora enfatiza que a ampliação das relações sociais e políticas do povo do Catu deram visibilidade à sua suscetibilidade de acesso às políticas específicas destinadas às populações indígenas.

Convém, destacar neste aspecto, que esse cenário não se configura como uma exclusividade dos povos originários do RN, tampouco do Nordeste brasileiro. A efervescência

étnica pautada na luta pela reafirmação se assenta num contexto próprio da América Latina (AL), conforme assevera Haesbaert (2021). Mesmo apontando várias ressalvas ao uso do termo América Latina, o autor afirma que neste espaço, a luta primeira se dá em defesa do território. Movimento já destacado por Svampa (2016) como sendo a defesa mais relevante do direito à autodeterminação dos povos indígenas, a linha do “território originário”. Isso implica trazer à baila o discurso de Silva (2016) quando afirma que as décadas de 1970/80 são um marco no processo de reetnização na AL, cuja natureza política se configura como extremamente complexa. Assim, a “r-existência” dos povos originários na AL, traz consigo os atravessamentos de vários eventos da segunda metade do século XX para as primeiras décadas do século XXI, dentre eles a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho em 1989 (OIT) (OIT, 2011) e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas em 2007 (UNESCO, 2009) que podem ser apresentados como marcos do discurso da virada do milênio.

À esteira dos dispositivos oriundos dos organismos supranacionais ainda é válido citar o fim de regimes militares latino-americanos, bem como, a assunção de governos progressistas, de modo que as pautas em tela passaram a fazer parte não só das agendas de governo, mas também de constituições de alguns países, como é o caso das constituições da Bolívia e Equador, que segundo Santos (2018) fazem parte de um movimento de contraposição a noção eurocêntrica de desenvolvimento. Embora valendo-se da cautela ao refletir tais questões, no sentido de que até mesmo em contextos progressistas o discurso traz consigo elementos hegemônicos. A autora destaca a relevância de tais agendas como um passo importante que se dá por meio da incorporação da prática social discursiva dos povos originários e dos movimentos sociais na constituição de Estados Plurinacionais, sobretudo, no tocante ao diálogo intercultural.

No Brasil, embora visto por muitos estudiosos de maneira controversa (Cunha, 1987), um marco legal de referência às questões dos povos originários é o Estatuto do Índio, Lei 6.001/1973. No país, de um modo particular, os povos originários têm na Constituição de 1988 um dispositivo que demarca o repertório discursivo direcionado à ancestralidade. Nisso reside, por exemplo, a noção de território tradicionalmente ocupado como um ponto pacífico dos direitos originários (Brasil, 1988). Além disso, a primeira década do século XXI traz à

tela instrumentos legais importantes como é o caso da promulgação da Convenção 169 OIT por meio do Decreto 5.051/2004³.

A implementação de dispositivos legais relacionados à educação, saúde e gestão territorial ratificam os direitos dos povos originários. No tocante à educação, em 2008 a Lei 11.645/2008⁴ alterou a Lei no 9.394/1996⁵ no que compete às diretrizes e bases da educação nacional, de modo a incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. A mudança, por sua vez, é seguida pelo Decreto 6.861/2009⁶ que dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, e define sua organização em territórios etnoeducacionais. Assim, assegura-se o direito a educação escolar diferenciada, intercultural, multilíngue e comunitária.

Além das garantias legais mais específicas, de forma transversal, ações afirmativas do início dos anos 2000 também posicionam o discurso de proteção às populações primeiras no Brasil, de modo a colocar a igualdade racial na agenda das políticas públicas (Feres Júnior, 2018). O quadro 01, ilustra o cenário ora desenhado.

Dispositivo	Finalidade
Lei Nº 10.639/2003	Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".
Lei Nº 11.096/2005	Institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI).
Decreto Nº 6.096/2007	Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).
Lei Nº 12.513/2011	Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem).
Lei Nº 12.711/2012	Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.
Programa Nacional de Bolsa Permanência (2013)	Concessão de auxílio financeiro aos estudantes, sobretudo, aos estudantes quilombolas, indígenas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em instituições federais de ensino superior e assim contribuir para a permanência e a diplomação dos beneficiados.

Quadro 01: Ações afirmativas no início dos anos 2000

Fonte: Elaboração própria adaptado de Feres Júnior (2018)

³ <https://www.gov.br/antt/pt-br>

⁴ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm

⁵ <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=9394&ano=1996&ato=3f5o3Y61UMJpWT25a>

⁶ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6861.htm

Precedendo a normativa educacional, tem-se ainda Lei nº 9.836/1999⁷ que instituiu o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena formado pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs). Agregando valor às ações afirmativas, a rede de proteção recebe outro mecanismo através da Lei Nº 12.288/2010⁸ que institui o Estatuto da Igualdade Racial. Também como dispositivo que assegura direitos, surge a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) instituída pelo Decreto Nº 7.747/2012⁹. Vale ainda acrescentar que dentre as atribuições do Ministério Público Federal, insere-se a responsabilidade de defender judicialmente os direitos indígenas. Esta, por sua vez, ocorre de forma independente aos processos legais de demarcação de Terras Indígenas (TIs). Como se pode observar o cenário recente traz consigo o imperativo de fortalecer a emergência dos processos de autoidentificação dos povos originários, contribuindo assim com a emancipação dos sujeitos relegados à borda da sociedade, conforme discute Krenak (2019). Isso pode ser lido a partir da literatura foucaultiana como elementos que corroboram para tornar visível o que é visto (Foucault, 1996).

Como desdobramento de elementos como os artigos 231 e 232 da Constituição de 1988, a convenção 169 OIT e a PNGATI, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) institui normas e diretrizes relativas às atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas, por meio da Instrução Normativa 03/2015¹⁰. Fica claro, neste sentido, a recepção de visitantes como um elemento da dinâmica recente do *modus vivendi* dos povos originários. Por fim, como um marco de reconhecimento e da valorização da ancestralidade dos povos primeiros, no ano de 2023 se cria, no Brasil, o Ministério dos Povos Indígenas¹¹.

Durante a escrita deste texto dois dispositivos legais figuram a pauta legislativa: a) o requerimento de urgência para o projeto de lei do marco temporal na demarcação de terras indígenas (PL 490/2007¹²); e, o Relatório da Medida Provisória (MP) 1154/2023¹³ que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. De

⁷ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19836.htm

⁸ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm

⁹ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm

¹⁰ <https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/ascom/2015/doc/jun-06/in-03-2015.pdf>

¹¹ <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br>

¹² <https://www.camara.leg.br/noticias/965416-camara-aprova-urgencia-para-marco-temporal-na-demarcacao-de-terras-indigenas>

¹³ <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/155651>

acordo com organizações da sociedade civil, a forma como o legislativo tem conduzido tais iniciativas tem potencial de enfraquecimento da agenda tanto ambiental quanto indigenista.

¹⁴Quando analisa “da negação da identidade e do território ao direito originário à terra no Amazonas” referindo-se aos povos indígenas Faria et al (2022, p. 929) trazem uma fala ao contrário disso, quando afirmam que “as políticas públicas diferenciadas, sejam efetivadas para que possam continuar vivendo em suas terras e assegurar seus direitos constitucionais e fundamentais, entendidos aqui como originários”.

Vale ainda acrescentar que o cenário ora destacado não se trata apenas de uma mera descrição cronológica de fatos, muito pelo contrário ele reflete a força da mobilização social no período, seja por meio de organização formal seja por meio da participação em eventos. Mas, sobretudo, na ocupação de espaços que outrora lhes fora negado a partir da construção de agendas progressistas. Para exemplificar essa fala tem-se a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), uma Organização Indígena não governamental regional sem fins lucrativos, criada em maio de 1990¹⁵. Também é possível citar eventos como o Fórum Social Mundial (FMS)¹⁶, com atividades iniciadas em 2001; e, o Acampamento Terra Livre (ATL), a maior Assembleia dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil que acontece desde 2004¹⁷. Como um dos primeiros desdobramentos do ATL surge a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), ¹⁸criada em 2005.

2.1 A “VERDADE” SOBRE OS POVOS ORIGINÁRIOS NA HISTORIOGRAFIA OFICIAL DO RN DO SÉCULO XX

A verdade dos registros oficiais está relacionada a quem a escreve e sob que circunstâncias são escritas (Foucault, 2010). No Brasil, até meados da segunda metade do século XX, a maior parte dos registros dão conta de uma historiografia que, na maioria das vezes, remete apenas a versão do colonizador. Tais cenários merecem ser observados para além da lente assimilacionista do processo colonizador que conduz ao apagamento histórico dos povos originários.

¹⁴ <https://oeco.org.br/noticias/relatorio-da-mp-da-reestruturacao-esvazia-ministerio-do-meio-ambiente/>

¹⁵ <https://apoinme.org/>

¹⁶ <https://www.fsm.org.br/>

¹⁷ <https://apiboficial.org/historicoatl/>

¹⁸ <https://apiboficial.org/sobre/>

No Nordeste tais questões são mais latentes em estados como Piauí e RN, uma vez que estes não compõem o mapa da demarcação das TIs no país, como pode ser observado na figura 01.

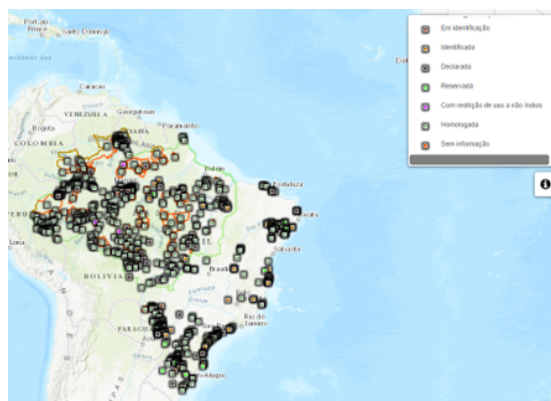


Figura 01: Terras Indígenas do Brasil

Fonte: ISA (2023) ¹⁹

No caso do povo que vive às margens do Rio Catu é possível afirmar que entrelaçamentos históricos como o morticínio no Engenho Cunhaú²⁰, e, o posterior discurso da extinção dos povos indígenas no RN tem relevante contribuição para séculos de silenciamento e apagamento. Por meio da oralidade é possível perceber que a comunidade se recente de tais eventos. Haja vista que eles vão levá-los a negar sua ancestralidade como uma das estratégias para sobrevivência. Isso porque o primeiro caso, contribui para a construção de um repertório discursivo de medo aos povos originários. E o segundo, as alianças das populações indígenas com os europeus fazem com que a universalização eurocêntrica seja uma verdade predominante ao longo dos séculos.

É lícito afirmar o papel do tratamento dado a tais eventos pela historiografia oficial, pois, mesmo ocorrendo em razão da ocupação europeia seja holandesa ou portuguesa, houve a cristalização de prática discursiva acerca dos povos originários enquanto sujeitos perigosos e violentos. Uma evidência, neste sentido, é a canonização dos participantes das celebrações religiosas palco dos eventos que culminaram com os morticínios de Cunhaú e Uruaçu. Oliveira (2010) chama a atenção para as posições em cada sujeito foi assumindo ao longo da história. De modo que aos povos originários coube o papel de antagonista agressor.

¹⁹ <https://terrasindigenas.org.br/>

²⁰ https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/727/1/arquivo4664_1.pdf

O intuito de provocar essa reflexão é de alertar ao fato de que ao longo dos anos a historiografia oficial não estabelece pontos de inflexão, de modo, a considerar o cenário vivido nos séculos XVI e XVII no tocante aos elementos de escravização e silenciamento da população indígena, especialmente no Nordeste brasileiro. Tal ensejo se dá no sentido de possibilitar inferir que tais comportamentos estariam assentados em posições de resistência, de uma forma primeira, e não de agressividade e violência gratuita. Em linhas gerais, o acontecimento de Cunhaú aparece na literatura como um grande massacre e carnificina indígena sob articulação holandesa (Paula, 2020). Peixoto (2014, p. 35) relata que

O livro *Os Holandeses no Rio Grande* escrito e publicado pelo Padre Paulo Herôncio de Melo em 1937, além de ter sido a fonte para a beatificação dos Protomártires do Brasil foi também o ponto de partida para a invenção da identidade católica no Rio Grande do Norte.

Isso leva a observar que os discursos são posicionados sob o olhar de quem está “contando” a história. Neste caso, a referência cita a versão de um religioso que ocupa posição de destaque e credibilidade na sociedade norterio-grandense, seja por sua função eclesiástica seja por sua ascendência familiar. Peixoto (2014) ainda afirma que, embora pouco explorado, o texto influenciou a percepção de referências acadêmicas da historiográfica do RN ao longo do século XX. De acordo com Guerra (2009) estudiosos como Luiz da Câmara Cascudo; Rocha Pombo; Tavares de Lira; Tarcísio Medeiros; Vicente Lemos Guerra, trouxeram uma visão limitada acerca dos eventos do período colonial no RN, sobretudo, sobre a presença indígena e negra. Lopes (1999) atribui a superficialidade da observação ao fato de o olhar historiográfico convencional ter sido lançado à preocupação com a história da colonização portuguesa da antiga Capitania do Rio Grande, alijando do processo atravessamentos significativos da “contação” da história, como é o caso do fato da presença indígena e africana nos eventos serem reduzidas a mera uma descrição cronológica. Excluir as contingências do descontínuo transversal histórico limita a prática discursiva (Foucault, 2000).

O estudo de Cavnac (2010) demonstra que tal processo reside no fato de que no RN a historiografia oficial se dá num espectro alheio ao universo acadêmico, haja vista que a história apresentada remete aos interesses das elites locais. De modo que, ainda segundo a autora a versão amplamente difundida de vários fatos históricos chega a ser caricata. O que

corroborar com a reflexão apresentada no início desta seção, o fato dos povos originários terem sido dados como “desaparecidos” no RN. Tal “desaparecimento” é associado aos conflitos territoriais do período colonial. O cenário em que se seguem os eventos se dá a partir da saída holandesa do solo norterio-grandense e a efetiva ocupação territorial portuguesa num contexto de luta e resistência dos povos originários, notadamente os não “pacificados”, que se estende até o século XVIII. Quando reflete este contexto, Medeiros (2005) observa que ele não é exclusivo do povo do RN, haja vista que em todo o Nordeste há enfrentamento e resistência à ocupação portuguesa, notadamente, no interior. É neste sentido, que o autor destaca a pouca ênfase dada pela historiografia aos fatos que levaram ao sucesso da Coroa portuguesa, como é o caso das alianças entre colonizadores e povos originários. É lícito citar que tais alianças se deram com mais ênfase junto às populações indígenas que habitavam o litoral, como discute Peixoto (2015) ao citar a referência dada pelo Padre Paulo Herôncio de Melo ao potiguar Felipe Camarão ao descrevê-lo como um guerreiro-católico.

Puntoni (1999) elucida que a chamada “Guerra dos Bárbaros” na verdade se configura como uma série heterogênea de conflitos que envolveram indígenas, residentes, soldados, missionários e agentes da Coroa portuguesa ao longo do século XVII. O autor ainda reflete que

Diferentemente do século anterior, quando em contato com os grupos tupi da costa e no contexto de afirmação do domínio colonial face à disputa inter-imperial, estas guerras objetivavam o extermínio total e não a integração ou submissão. “Bárbaros” eram estes povos não só porque viviam para além dos limites do império, mas porque tinha-se em conta que tencionavam invadi-lo (Puntoni, 1999, p. 262).

No RN, tais eventos impuseram aos povos originários valores eurocêntricos indo do sedentarismo às profissões de fé numa realidade que perpassa a autonegação de si num “desaparecimento” que lhes garantia sobrevivência. Some-se a isso toda uma política de Estado que, para “fins legais”, se encarregou de desestruturar a existência das populações primeiras, de modo que não mais existia “índios” e sim “mestiços” (Lopes, 2005). Apesar disso, como visto na seção anterior, apesar do esforço colonizador, os povos originários vem sendo resistência e os eventos da segunda metade do século XX, com maior força nas primeiras décadas do século XXI, vêm demonstrando isso. No RN a eminência de processos de

retomada e etnogênese²¹ vem reafirmando a resistência e a re-existência dos povos originários.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

O texto em tela se constrói a partir do propósito de verificar como o discurso contra hegemônico revela a verdade sobre si dos povos originários. Para tanto, se vale do cenário da “América portuguesa”, mais precisamente de um povo assentado nas proximidades do litoral do Nordeste brasileiro. A construção se dá a partir da reflexão acerca do desaparecimento/reaparecimento das populações indígenas no RN. Para tanto, foi preciso a organização de um discurso contextualizando os elementos da oralidade dos sujeitos que vivem às margens do Rio Catu, por meio de 12 entrevistas concedidas entre os meses de julho e agosto de 2022, com eventos históricos relacionados ao discurso de inexistência/r-existência de populações indígenas no RN. O diálogo ainda se constrói a partir da observação participante da recepção de visitantes para fins turísticos e recreativos entre outubro de 2021 e maio de 2022, bem como, no evento Festa da Batata de 2021, que faz parte do calendário oficial de eventos do município de Canguaretama. Além de outras visitas à comunidade entre os anos de 2021 e 2023.

Assim, o estudo conta com um levantamento bibliográfico de abordagem historiográfica contemporânea aos eventos do Brasil colônia, bem como, faz um paralelo documental acerca da agenda pública recente no tocante à mecanismos supranacionais juntamente com ações afirmativas e de garantias por parte das iniciativas governamentais, fruto do fortalecimento dos movimentos sociais da virada do século XX para o século XXI. Essa etapa consiste na Revisão Narrativa da Literatura (RNL), um tipo de revisão que se aplica a questões exige um escopo mais amplo e emblemático juntamente com a opinião dos especialistas na temática (Mendes-Da-Silva, 2019). Ainda como forma de dialogar com a oralidade das entrevistas realizadas, empreendeu-se na Revisão Sistemática da Literatura

²¹ “a noção de etnogênese constitui-se numa ferramenta conceitual que contribui para caracterizar processos muito diversos de transformações políticas e identitárias de um grupo ao longo do tempo, enfatizando as capacidades de adaptação e criação de povos indígenas, os quais, por sua vez, buscaram estabelecer espaços de autonomia em que pudessem realizar suas próprias avaliações e traçar estratégias para trilhar intrincados processos que produziam novas configurações sociais que não só refletiam as pressões coloniais como também as escolhas dos próprios índios” (Fontella, 2019, p.23).

(RSL) que compreendeu o levantamento das produções acadêmicas sobre o Povo do Catu. Assim, a partir da definição de categorias específicas se buscou evidências relevantes sem necessariamente se projetar uma meta-análise (Mendes-Da-Silva, 2019).

O caminho percorrido tanto para a construção da RNL quanto pela RSL se deu na rede mundial de computadores que Flick (2013) classifica como internet 2.0. a RNL abordou os temas do discurso contra hegemônico da historiografia oficial, bem como, os elementos das agendas progressistas do século XXI. Já na a RSL foi utilizada para embasar a verdade sobre si dos povos originários. Em ambos os casos foram utilizadas as ferramentas de pesquisa na World Wide Web (WEB). Na RSL ainda se utilizou de buscas no Google Scholar, Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), repositórios do IFRN, da UFRN e da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). As unidades de busca foram Catu dos Eleotérios, Eleotérios do Catu e Potiguaras do Catu, totalizando 54 achados com publicações acadêmicas específicas. Outras 26 foram excluídas, porém relacionadas. Além de notícias específicas, documentos do poder público e relatórios sobre o tema que vêm sendo abordados ao longo dessa redação.

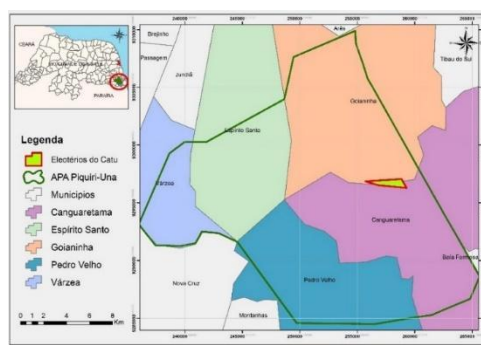
É lícito ainda afirmar que tanto as entrevistas quando a observação participante se deu num contexto de etnografia filmica (Lessa, 2014), como uma forma de ampliar as possibilidades de análise, bem como, disseminação do conhecimento por meio da possibilidade do uso dos dados de diversas maneiras a partir de uma análise contextualizada (Pinheiro et al, 2005). Neste caso em específico, além de qualificar os elementos de análise o conteúdo digital será utilizado para a produção de material audiovisual como devolutiva à comunidade. Vale ainda acrescentar que o diálogo com a comunidade também se dá através do uso de ferramentas de comunicação via aplicativos de mensagens conectados a web, haja vista que nos dias de hoje é possível conectar-se à rede mundial de computadores na comunidade. Ademais ainda se utiliza de registros fotográficos, bem como, o uso de georreferenciamento para construção de mapas de localização.

Por fim, vale ainda considerar que o percurso metodológico ora descrito se assenta na abordagem qualitativa de pesquisa. Este se dá tanto por vias tradicionais quanto por meio práticas alternativas com o propósito de quebrar a rotina metodológica. Fato que Lather (2013) classifica como do sendo QUAL 4.0. Sendo esta uma característica da pesquisa qualitativa do século XXI.

4 POVO POTIGUARA DO KATU COMO PRÁTICA SOCIAL DISCURSIVA

O Catu antigamente
Era um lugar isolado
Só existia uma mata
Com um caminho cercado
Os moradores daqui
Viviam todos amoitados
(Silva (Vando), 2008)

O território Eleotérios do Catu está localizado na Microrregião do Litoral Sul do RN a 79 quilômetros em média da capital do estado, Natal (Rio Grande do Norte, 2013). A área onde o território se insere compreende espaços tanto do município de Canguaretama quanto do município de Goianinha, cuja divisão geográfica é o rio homônimo ao povoado, o Rio Catu. Além disso, o espaço faz parte dos 40.707,45 hectares de espaço protegido em âmbito estadual Área de Proteção Ambiental Piquiri-Una (APAPU). Segundo informações do Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC) ²²obtidas a partir das secretarias de saúde dos municípios de Canguaretama e Goianinha, residem no Catu 913 habitantes cadastrados no sistema. Informações extraoficiais²³ registram que aproximadamente 700 habitantes se autodeclaram indígenas e 200 não indígenas. A figura 02 ilustra a área ocupada pelo povo do



Catu.

Figura 02: Localização Catu/APAPU

Fonte: Adaptado de (IDEMA, 2013), Silva e Filgueira (2020)

²² <https://aps.saude.gov.br/noticia/2300>

²³ A época da construção dessa redação os dados censitários por setor ainda não haviam sido divulgados.

Como grande parte dos povos originários do Nordeste, os Eleotérios do Catu tiveram que se “amoitar” para garantir sua sobrevivência. Acontece que não foi somente um ato de “esconder-se”. A forma como eles expõe sua chegada na região onde vivem atualmente diz muito sobre como foram para um lugar “isolado”. Quando se amplia o olhar e se observa a vida dos povos originários no RN no período colonial é possível compreender que além de afastar-se de sua região de origem, assim como os demais remanescentes no RN, os Eleotérios do Catu tiveram que assumir um *modus vivendi* eurocentrado. Vale rememorar a regulação dos povos originários pela Coroa portuguesa no século XVIII através da lei denominada Diretório dos Índios²⁴, bem como, os desdobramentos do dispositivo legal nos séculos que se sucederam.

O mecanismo implementado entre anos de 1757 e 1798 trouxe significativo impacto na configuração social no período colonial, uma vez que modifica as relações econômicas, políticas e territoriais (Apolinário e Moreira, 2021). Em sua tese, Lopes (2005) conclui que tal dispositivo agiu de maneira compulsória às populações indígenas, de modo a obrigá-las a submeter-se às ocupações precárias, substituir aldeias por vilas com habitações individualizadas, assumir o português como idioma oficial, bem como sobrenomes de origem portuguesa, profissão de fé cristã; dentre tantas outras formas de opressão à sua ancestralidade.

Como mencionado no início desse texto, as construções explícitas sobre os povos primeiros carecem da conferência ao estatuto da oralidade como elemento discursivo. Considerando os elementos que vêm sendo aqui discutidos assumir a oralidade como um aspecto de observação da prática social discursiva se faz como condição *sine qua non*. Tais questões ainda vêm sendo muito caras à agenda da historiografia acerca da “América Portuguesa” (Apolinário e Moreira, 2021), uma vez que versões historiográficas que remetam ao protagonismo dos povos originários são pautas relativamente recentes no universo discursivo da temática. O povo que vive às margens do Rio Catu, diz que lá é um lugar bom ou ainda, um lugar bom para bem viver. Essa fala remete a palavra *Katu* no tupi antigo, cujo significado é

²⁴ <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/167-diretor-diretorio-dos-indios>

Adjetivo: 1 bem, bom; 2 conservado, limpo; 3 muito direito, retilíneo, reto. No grau superlativo, pospõe-se ao adjetivo "eté". Advérbio: precisamente. Verbo predicativo: ser bom. Requer pronome paciente. Ex. xe katu: eu sou bom. = ngatu. (Carvalho, 1987, p. 146)

Duas questões perpassam os dizeres sobre si do povo do Catu. A primeira, remete a lógica do território tradicionalmente ocupado e segunda às doações de terras por parte da igreja católica. Ambas coadunam com as questões discutidas em momento anterior. Sobre território tradicionalmente ocupado, vale retomar o artigo 231 a Constituição de 1988, que reconhece os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Assim, a fala de lideranças do Catu acerca do território tradicionalmente ocupado remete originalmente ao século XVII quando se refere à presença indígena no aldeamento Igramació, elevado posteriormente à Vila Flor. A afirmativa também é encontrada em publicações como o PPP da escola EMIJLS (EMIJLS, 2022) e Lira et al (2021), de modo que a existência do povo do Catu localiza-se junto aos povos primeiros a ocupar o espaço hoje denominado Rio Grande do Norte. Desse modo, a partir da figura 03 é possível ter uma dimensão da noção de território tradicionalmente ocupado para os Eleotérios do Catu.

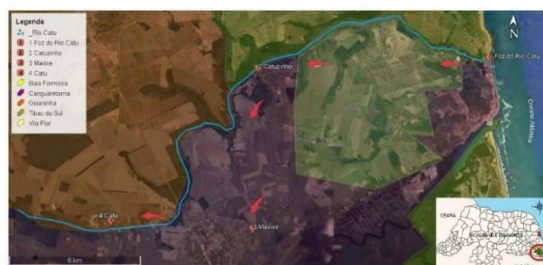


Figura 03: Território tradicionalmente ocupado pelos Eleotérios do Catu.

Fonte: Elaboração própria

Nesse contexto, tal território seria a forma inversa ao caminho feito pelo Rio Catu que desagua entre os municípios de Canguaretama e Tibau do Sul, localidades de Barra do Cunhaú e Sibaúma, respectivamente. Assim, de acordo com um dos entrevistados ao longo da realização da parte empírica desse estudo, o povo do Catu foi migrando das proximidades da foz do Rio Catu passando pelas localidades hoje denominadas Catuzinho e Maxixe até chegar no espaço delimitado na figura 03 apresentada anteriormente, nas proximidades da nascente do rio.

Lopes (2005) relata que considerar o período da implementação dos aldeamentos é fundamental para compreender o “apagamento” dos povos originários na historiografia oficial do RN. Outro elemento levantado pela autora remete a etnicidade potiguar no RN, uma vez que ela destaca que este foi o povo que, certamente graças às alianças com a Coroa portuguesa, que tem maior índice de sobrevivência à política de ocupação territorial de Portugal. Tal entendimento coaduna com contexto conflituoso do período colonial descrito por Puntoni (1999), de modo que é necessário asseverar o relato dos entrevistados quando citam que muitos indígenas, fixados inicialmente na região que virou Igramació, ou fugiram para o espaço que hoje se conhece como o norte do estado da Paraíba, com ênfase a região hoje denominada Baía da Traição; ou se ajustaram aos mecanismos de ocupação colonial e migraram para outras áreas, seguindo a condução da igreja católica.

Desse modo, já no século XIX outro evento é atrelado à historiografia dos Eleotérios do Catu, o cenário que se assenta a segunda questão levantada no início desta seção. A doação de terras pela igreja católica, na pessoa do padre Góis, aos três irmãos Eleotério: Serafim, Manoel e Francisco. Assim, tem origem a comunidade Catu dos Eleotérios, numa referência ao Rio Catu e àqueles que primeiro habitaram às proximidades da sua nascente (Silva, 2008; EMIJLS, 2022). Convém ainda afirmar que de acordo com os elementos da oralidade observados nas entrevistas com as lideranças da comunidade há ainda um entendimento de que o sobrenome Eleotério atribuído aos primeiros habitantes da localidade havia sido uma interpretação equivocada feita pelas pessoas que faziam os registros cartoriais à época da ocupação. Neste sentido, o termo seria Lotérios advindo dos lotes ora doados. Entretanto, oficialmente a denominação encontrada no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da FUNAI é Eleotérios do Catu, onde Eleotérios se refere aos povos e Catu a característica natural que localiza espacialmente o povoado.

É válido ressaltar que a época das doações, na primeira metade do século XIX, o povo ali residente já era visto pelos registros oficiais como parte da mestiçagem, os caboclos. Prática social amplamente difundida, numa clara ação de negação da presença indígena. Fato que fora concretizado no censo 1872, quando a categoria “índio” desaparece da contagem populacional no RN (Lopes, 2005). De modo que a temática somente volta à cena historiográfica nas investigações científicas na virada do século XX para o século XXI. Apolinário e Moreira (2021) afirmam que tais conteúdos ainda são marginalizados aos

estudos historiográficos em razão do fato dos olhares e perspectivas colonialistas ainda predominarem no universo acadêmico.

Por fim, e não menos importante, é mister ainda apresentar uma terceira questão para compor a prática discursiva “De Eleotérios a Potiguaras”, a grafia que de um dos termos que compõe a denominação do povo que vive às margens do Rio Catu, a palavra Catu/Katu. De acordo com parte das lideranças entrevistadas Catu, com “C”, remete a localização geográfica da comunidade associada à característica física do rio homônimo. Já Katu, com “K”, retomando o que fora inicialmente aqui explicitado refere-se etimologicamente ao Tupi antigo. Motivo pelo qual em seu processo de autoidentificação e autorreconhecimento como povo indígena os Eleotérios do Catu também se autodenominam Potiguaras do Katu. De acordo com a fala de parte dos entrevistados o uso comum é o termo com “C”, pois, com “K” é uma forma de relacionar à escrita indígena. De modo que “C” é utilizado na documentação oficial para se referir à comunidade.

4.1 O DESCOBRIR-SE INDÍGENA DOS POTIGUARA DO KATU

Vanda, Dão, Luis e Vando
Seu Nascimento falando
Estamos se organizando
Para caboclos se afirmar
(Soares Filho (Nascimento), 2008)

Passados quase quatro séculos, mais precisamente entre os anos de 1999 e 2000, os Eleotérios iniciam o processo de etnogênese que vai culminar na sua autoidentificação como Potiguaras do Katu. Evidente que o cenário não se dá como uma mera obra do acaso, ele reflete o contexto latino-americano e brasileiro descrito em momento anterior e destacado pelos próprios indígenas da comunidade (EMIJS, 2022). A reafirmação da indianidade do povo do Catu fica evidente na construção deste estudo tanto no processo de observação *in loco* das práticas de recepção de visitantes quanto nas entrevistas realizadas. Fica perceptível o quanto do *modus vivendi* dos Eleotérios do Catu é remanescente dos seus ancestrais do século XVII. Entretanto, a fim de evitar interpretações equivocadas, é lícito afirmar que tais práticas não estão cristalizadas na noção do “bom selvagem”, como alertado por Diegues

(2008). A historiografia tem mostrado que os povos originários em território brasileiro, sobretudo na faixa litorânea, foram alijados a toda sorte intempéries num projeto eurocentrado universalizando e silenciador, como foi o caso do Diretório dos Índios. Com o povo isso do Catu isso não foi diferente. Na figura 04 é perceptível observar a prática de arco e flexa contemporânea na comunidade, cujo uso foi ressignificado da caça para fins recreativos.



Figura 04: Prática recreativa do arco e flexa durante a Festa da Batata 2021.

Fonte: Dados da pesquisa

Ademais, o trabalho demonstra que a prática social discursiva implicada na etnogênese está associada ao entender, aprender e reaprender a “ser indígena”. Neste sentido, a jornada em busca do entendimento se dá inicialmente num contexto de formação acadêmica de alguns membros da comunidade quando cursavam a graduação em pedagogia²⁵ e são convidados a conhecer a realidade dos povos originários da Baía da Traição. Desta feita, “Vando”²⁶ e “Nascimento” (hoje encantado), como são conhecidos Vandregécílio Arcanjo da Silva e Manoel Serafim Soares Filho, aventuram-se na empreitada que vai preparar o terreno para os eventos que se sucederam ao longo da primeira década dos anos 2000. Segundo o primeiro, foi um processo inicial de medo e muitas vezes descrédito por parte de alguns membros da comunidade. Apesar disso, as visitas demonstraram quão próxima à ancestralidade dos povos originários estavam os elementos do cotidiano do povo do Catu, a citar o exemplo dos hábitos alimentares.

²⁵ A formação em pedagogia foi realizada através de um convênio da Prefeitura Municipal de Canguaretama com Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA). Esta se deu em razão da Década da Educação vinculada à promulgação da Lei Nº 9.394/1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cujo artigo 62 previa que, ao final do ano de 2007, o exercício do magistério seria exclusivo àqueles habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço (Suficier, 2020).

²⁶ https://www.instagram.com/vando_arcanjo07/?igshid=MzRlODBiNWFlZA%3D%3D

Ainda como parte do entender, são organizados além das idas à Baía da Traição incursões no RN a fim do conhecimento e do reconhecimento de outros povos que também se encontrassem em processo de etnogênese. Os cinco anos iniciais de movimentação e articulação política resultaram na realização, em 15 de junho de 2005, da primeira Audiência Pública para tratar da questão do reconhecimento da presença indígena no RN, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN)²⁷. Como um dos desdobramentos do evento, o aprender começa a tomar corpo entre os Eleotérios do Catu, especialmente após integrantes da comunidade fazerem parte das delegações indígenas nas conferências da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) tanto em âmbito regional quanto em âmbito nacional (EMIJLS, 2022).

Assim, o cenário nacional da Educação Escolar Indígena também chega ao Catu, de modo que em 2009 a EMIJLS passa a refletir sobre a incorporação de um currículo que também estivesse inserido no contexto de etnogênese pelo qual a comunidade vinha passando, o que vai culminar em seu reconhecimento oficial como primeira escola indígena do RN (EMIJLS, 2022). Este se dá em 2015 através da Lei 637/2015 do município de Canguaretama. Além disso, em 2018 também é outorgado pelo poder público municipal o processo de eleição democrática para a gestão escolar (Prefeitura Municipal de Canguaretama, 2019). Nisso tudo reside o reaprender a “ser indígena” que tem como exemplo inclusão do ensino bilíngue, onde além da língua portuguesa o povo do Catu também aprende o Tupi. Também se dá como exemplo dessa fase a incorporação de componentes curriculares como Etno-história, bem como, práticas interculturais como a recepção de visitantes (EMIJLS, 2022). As figuras 05, 06 e 07 exemplificam essa informação.



²⁷ <https://cimi.org.br/2005/06/23590/>



Figuras 05, 06 e 07: Aula de campo na Escola Indígena do Catu, RN.

Fonte: 3ª Diretoria Regional de Educação e Cultura do RN²⁸

É importante registrar que assim como a EMIJLS em 2019 através da Lei 1.955/2019, o município de Goianinha cria Escola Municipal Indígena Alfredo Lima (EMIAL), como reflexo da incorporação de tais elementos em seu currículo também como reflexo do processo de etnogênese vivenciado pela comunidade²⁹. Desse modo, o PPP da escola também vem sendo construído no intuito de incorporar no cotidiano escolar a prática social discursiva sobre si do povo do Catu (EMIAL, 2018).

É importante mencionar que a realização do I Seminário de Educação Escolar Indígena do RN³⁰ em 2014, um espaço de discussão que contou com a presença de representações indígenas e do Estado, teve um papel determinante para o reconhecimento oficial das duas escolas indígenas da comunidade. Como mencionado na contextualização desse estudo, o momento de sua escrita ocorre na ocasião das discussões da delicada questão do Marco Temporal para delimitação de Terras Indígenas através reincorporação do PL 490/2007 tanto na pauta legislativa quanto judiciária nacional. As figuras 08, 09 e 10 caracterizam um momento de mobilização da comunidade escolar da EMIAL neste sentido.

²⁸ <http://3dirednc.blogspot.com/2017/11/aula-de-campo-na-escola-indigena-do.html>

²⁹

<http://goianinha.rn.gov.br/escola-do-municipio-desenvolve-projeto-para-fortalecimento-da-cultura-indigena/>

³⁰

<https://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/i-seminario-de-educacao-escolar-indigena-do-rn-comeca-amanha/>



Figuras 08, 09 e 10: Mobilização contra o PL 490/2007 na EMIAL.

Fonte: Carla Liziane da Silva (Vice-gestora da escola)

De forma paralela aos eventos ora explicitados, o repertório discursivo da autoafirmação alinhado ao reaprender ganha corpo ao longo da primeira década dos anos 2000 com a chegada dos primeiros visitantes acadêmicos, bem como, de outros povos do RN que veem nos Potiguaras do Katu uma referência de etnogênese. Fato que resulta na realização da I Assembleia Indígena do Rio Grande do Norte (AIRN)³¹ que acontece na capital do estado no período de 11 a 14 de dezembro de 2009. A partir desse momento várias outras assembleias são realizadas na década seguinte, incluindo as Assembleias de Mulheres Indígenas do Rio Grande do Norte, 2012 e 2018 respectivamente. Como consequência de toda essa mobilização social se fortalece o movimento indígena no RN por meio da sua afiliação à APOINME. Até o período de realização deste estudo foram realizadas sete assembleias indígenas e quatro assembleias de mulheres indígenas no RN.

Vale salientar como desdobramento posterior à I AIRN tem-se a implantação da Coordenação Técnica Local da FUNAI no RN em 2011³². Fato que demanda à comunidade a apresentação de uma liderança para realizar a interlocução com a autarquia estatal, tal qual a estrutura de diálogo ensejada em todo território nacional. Embora essa questão de uma liderança única para articular as demandas de uma população indígena específica seja uma questão controversa desde a implementação do Estatuto do Índio a década de 1970, o povo Potiguaras do Katu, oficializa José Luis Soares (Luiz Katu³³) como sua liderança política, em

³¹

https://cchla.ufrn.br/povosindigenasdn/_doc/RELAT%C3%93RIO%20FINAL%20I%20ASSEMBLEIA%20

³² <https://cimi.org.br/2011/07/32322/>

³³ <https://www.instagram.com/luizkatu/>

razão de seu desempenho nas mobilizações políticas desde a audiência pública na ALRN no ano de 2005. A figura 11 representa um momento de diálogo com Luiz Katu, enquanto liderança indígena dos Potiguaras do Katu.



Figura 11: Interação com o cacique Luiz Katu durante a observação participante.

Fonte: Dados da pesquisa

Assim, os Eleotérios do Catu paulatinamente vão reafirmando sua identidade indígena, mas, não uma identidade anacrônica assentada no “selvagem” do século XVII. A identidade dos povos originários no século XXI implica não só em se reconhecer e viver a ancestralidade, ela emana também a necessidade de compreensão de que os processos aos quais as populações indígenas foram historicamente submetidas moldaram o seu “ser indígena”. Especialmente aqueles que são parte do todo que compõe os aglomerados urbanos.

Para tanto, é preciso estar alerta quando se observa essa realidade de modo a não construir inferências estereotipadas que ao invés de colaborar vão depor contra o movimento indígena. Como fora relatado em uma das entrevistas, referindo-se ao fato de um profissional do jornalismo ter se referido ao entrevistado como “indígena banda larga”, pelo simples fato dele estar fazendo uso de um computador na ocasião da sua visita. Vale salientar que a época em que tal profissional esteve no Catu, nem sinal da rede mundial de computadores havia na comunidade. Nisso reside a reflexão de que o fato dos Potiguaras do Katu andarem vestidos, terem acesso às facilidades tecnológicas e não residirem em ocas, por exemplo, não ser motivo para terem sua indianidade questionada. Fazer inferências nesta perspectiva recai num reducionismo superficial e equivocado de um observador desatento/desavisado acerca do que foi o período da ocupação colonial portuguesa.

4.2 A VIRADA DO MILÊNIO E O PAPEL DA ACADEMIA NA VISIBILIDADE DOS POVOS ORIGINÁRIOS NO RN

Adiantando este verso

Ao deus de Davi eu peço

Encha a vida de sucesso

Pra professora Juli.

Aucides Sales pediu

E a Juli lhe ouviu

No vento não se, “istruiu”

Oqu’ ele falou dali

(Soares Filho (Nascimento), 2008)

Ao longo de um pouco mais de duas décadas o povo Potiguar do Katu vem se tornando cada vez mais visível a partir do conhecimento acadêmico sobre ele produzido. Como se percebe na fala do encantado Nascimento, alguns personagens tiveram/tem um papel determinante no processo de etnogênese dos Potiguaras do Katu. Assim, além da fala de Nascimento e a partir da fala da comunidade convém nominá-los a fim de posicioná-los não somente como referências acadêmicas, mas, também como exemplo de renovação do olhar historiográfico para às questões étnicas no RN. Estudiosos como Alcides Bezerra de Sales, Julie Antoinette Cavignac, Cláudia Maria Moreira da Silva e Jussara Galhardo Aguirres Guerra, são constantemente citados pelos percussores do movimento indígena entre os Potiguaras do Katu.

De acordo com o levantamento realizado neste estudo, a dissertação intitulada “...Em busca da realidade...: a experiência da etnicidade dos Eleotérios (Catu/RN)” apresenta-se como o primeiro trabalho acadêmico de referência acerca da população indígena do Catu. Imbuída do propósito de elucidar o processo de construção da etnicidade dos Eleotérios (Silva, 2007) realiza a pesquisa que é referenciada em boa parte dos trabalhos que assumem o Catu como *locus* de observação. Sob a ótica da etnografia a autora constrói um contradiscurso ao determinismo da inexistência das populações indígenas no RN, contribuindo assim para a ampliação do repertório discursivo da temática em questão. Além disso, Silva (2007) assume

a etnogênese como categoria que melhor qualifica a emergência étnica no RN, notadamente, a partir da virada do milênio.

Até 2009 as menções sobre o povo do Catu vão se concentrar no discurso jornalístico, nos projetos vinculados a emergência étnica do RN e nas ações do Grupo de Estudos da questão indígena do RN³⁴, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Vale registrar como exemplo de tais iniciativas os projetos “Paraubaba: a questão indígena no Rio Grande do Norte” (2008-2010)³⁵ e “Mocepi: valorização da história e cultura indígenas em sala de aula” (2009-2010)³⁶. Tais projetos foram desenvolvidos como ações de extensão da UFRN, com ênfase ao Museu Câmara Cascudo (MCC) que também atuava em parceria com a Fundação José Augusto (FJA). Neste aspecto vale destacar a fala de Silva (2007) quando enfatiza que as iniciativas apresentavam mais como ações individuais dos proponentes do que propriamente uma ação institucional do Estado. Guerra (2009) confirma essa fala ao afirmar que apesar de todo movimento do início dos anos 2000, as ações governamentais ainda se apresentavam de forma incipiente.

A partir de 2010, como consequência da repercussão dos eventos de autoidentificação, observar a realidade dos Potiguaras do Catu deixa de ser interessante academicamente falando apenas para a antropologia. Neste sentido, o povo do Catu vira tema de investigação de várias áreas do conhecimento, a passo que, enquanto na primeira década dos anos 2000 havia apenas um estudo com esse fim, na segunda e início de terceira década do século XXI este estudo documentou 64 trabalhos acadêmicos tendo o Catu como *locus*. Neste sentido, os trabalhos foram categorizados em publicações em: trabalhos (artigos, resumos expandidos e resumos) apresentados e publicados em anais de evento científico (18); artigos publicados em periódicos científicos (16); dissertações (12); livros/capítulo de livro (9); relatórios de conclusão de curso de ensino médio (2); trabalhos de conclusão de curso de graduação (8); e teses (2). Para fins de melhor exemplificar tal afirmativa o quadro 02 foi elaborado contendo as produções em âmbito stricto sensu já publicadas.

³⁴ <https://cchla.ufrn.br/povosindigenasdorn/index.html>

³⁵

https://cchla.ufrn.br/povosindigenasdorn/_doc/Projetos%20de%20extens%C3%A3o%20do%20GP%20-%20MC C.UFRN%202.pdf

³⁶

https://cchla.ufrn.br/povosindigenasdorn/_doc/Projetos%20de%20extens%C3%A3o%20do%20GP%20-%20MC C.UFRN.pdf

Ano	Tipo de publicação	Programa/ Instituição	Título	Autoria
2019	Tese	PPGE/UFPB	Katu: “uma escola com a nossa cara” e seus efeitos políticos na (re)organização de uma escola indígena	Lelis, Creusa Ribeiro da Silva
2022	Tese	PPgPsi/UFRN	Processos de alcoolização e atenção psicossocial em uma comunidade indígena potiguar	Barreto, Ivan Farias
2007	Dissertação	PPGAS/UFRN	...Em busca da realidade...: a experiência da etnicidade dos Eleotérios (Catu/RN)	Silva, Cláudia Maria Moreira da
2010	Dissertação	PPGTUR/UFRN	Turismo no espaço rural e comunidades tradicionais: uma análise das percepções da Comunidade do Catu/RN.	Moritz, Tatiana
2016	Dissertação	PPGH/UFRN	“Nós, os potiguara do Catu”: emergência étnica e territorialização no Rio Grande do Norte (Século XXI)	Silva, Gildy-Cler Ferreira da
2018	Dissertação	PRODEMA/ UFRN	Etnoconhecimento sobre plantas medicinais e inter-relações com o meio ambiente na comunidade do Catu, Canguaretama (RN, Brasil)	Silva, Amanda Stefanie Sérgio da
2019	Dissertação	PPgUSRN/IFRN	Desvendamento das condições de vida e ações de desenvolvimento da comunidade indígena Catu para a sustentabilidade	Filgueira, Paulo Victor da Silva
2019	Dissertação	PROFHISTÓRIA UFRJ/UFRN	A escola que os índios querem: experiência escolar indígena Potiguar no Catu dos Eleotérios em	Cardoso, Halisson Seabra

			Canguaretama/RN (2009 - 2018)	
2019	Dissertação	GEOPROF/ UFRN	A temática indígena na Geografia escolar: proposições de sequências didáticas para o Ensino Médio	Silva, Maria da Conceição da Paz
2019	Dissertação	PPGEd/UFRN	Saberes indígenas, Cultura de Movimento e Interculturalidade: cenários na comunidade do Catu/RN	Medeiros Neto, Carlos Gomes de
2020	Dissertação	PPGCISH/UERN	A vida e o saber entrelaçados: a escola indígena no Katu-RN	Silva, José Alberto da
2020	Dissertação	PROFHISTÓRIA UFRJ/UFRN	"Não há conflito se for feita releitura": a experiência escolar dos Potiguaras do Catu no contexto de convivência intercultural numa escola não indígena (Goianinha/RN, 2015-2019)	Santos, Tiago Cerqueira
2022	Dissertação	PPgUSRN/IFRN	Diagnóstico de soluções alternativas coletivas de abastecimento de água em comunidades rurais	Mayer, Juliana de Sousa Lima
2022	Dissertação	PPgPsi/UFRN	Trilhando "caminhos de volta": o que se aprende ao andar na fronteira	Santos, Franciele Alves dos

Quadro 02: Produções em âmbito *stricto sensu* sobre o povo Potiguar do Katu

Fonte: Elaboração própria

Ao se observar a figura é perceptível o aspecto multidisciplinar das abordagens assumidas pelos estudiosos que realizam suas investigações científicas junto à comunidade a partir do processo de etnogênese por ela vivenciado. Isso implica considerar que quando se abre as portas para a recepção de visitantes também se abre a oportunidade para ratificação da fala do povo originário do Catu, por meio de investigações científicas.

4.3 A CHEGADA DOS VISITANTES COMO APORTE PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE SI DO POVO DO CATU

De vocês eu me despeço
Dizendo uma coisa exata
Venha conhecer o Catú
Passear na nossa mata
Eu quero lhe encontrar
La na Festa da Batata
(Silva (Vando), 2008)

Como visto na seção anterior, de acordo com a fala do povo do Catu, a chegada de visitantes do universo acadêmico teve uma contribuição significativa ao processo de autoidentificação especialmente para os residentes da quarta geração em diante, como é o caso dos percussores Vando e Nascimento. Segundo o primeiro, embora reconhecendo traços tanto de biotipo quanto dos elementos da cultura dos povos originários, as gerações anteriores a dele tem certa dificuldade de se autoafirmar indígena. Baniwa (2006) observa esse fato como sendo uma das seqüelas do período colonial repressivo.

No Catu, a situação é bastante compreensível quando se observa o relato dos entrevistados quanto ao tratamento hostil por eles recebido quando saiam dos limites do povoado. Estes iam do lançamento de materiais no transporte escolar que os levava para estudar fora da comunidade ao uso pejorativo de referências ao local de modo que o uso do termo “catuzeiro”, que é utilizado para designar os nascidos na Aldeia Catu, era feito como uma forma negativa de identificação. Em sua fala “Vando” afirma se sentir muito orgulho de ser identificado por tal gentílico, pois seus ancestrais assim se identificavam.

Este foi um dos cenários abordados por Santos (2020) quando reflete a interculturalidade em uma escola não indígena que tem uma parcela de sua comunidade escolar vinda de um território autoidentificado indígena. O estudo, assim, como muitos outros que tem o povo do Catu como sujeitos de pesquisa levou em conta o novo contexto da historiografia descrito por Apolinário e Moreira (2021) como parte do interesse recente dos estudiosos para uma versão da história para além dos discursos pessimistas e colonialistas. Como o trabalho de Santos (2020) muitos outros estudos que tomam o Catu como *lôcus* demonstram que a visita ao território nasce intimamente relacionada ao processo educativo.

Elemento presente até o momento. Percebe-se, portanto que ao ponto que se estuda na comunidade se aprende com ela e se colabora para a efervescência do processo de etnogênese nela existente.

Como visto neste texto, o repertório discursivo que vem sendo construído a partir da fala dos Potiguaras do Katu tem sido determinante para a reescrita da historiografia oficial da presença indígena no RN. É lícito afirmar que não apenas agentes externos têm escrito sobre e com dos Potiguaras do Katu, a própria comunidade tem colaborado para a reescrita sua história, fato deveras relevante como apontado por Scheyvens et al (2021) quando afirma que no século XXI as pesquisas com os povos originários carecem levar em conta sua inserção para além de sujeitos de pesquisa, de modo que se eles não estiverem estudando os elementos de sua ancestralidade estejam ao menos colaborando para tal. O quadro 03 demonstra como isso vem ocorrendo com o povo do Catu.

Ano	Tipo de produção	Vinculação	Título	Autoria
2009	Projeto	Grupo de Estudos da questão indígena do RN	Projeto Povo potiguara Unido	Guerra, Jussara Galhardo Aguirres; Silva, Thaise Campos da Silva; Soares, José Luis; Falcão, Luciano.
2018	Resumo	Secitex/IFRN	Educação, trabalho e territorialidade na prática educativa na escola indígena João Lino da Silva	Cavalcanti, Ivickson e Ricardo de Miranda.; Fonseca, Kaya. I.; Oliveira, Meyriane Costa de..
2018	Resumo	Secitex/IFRN	Guia On-line da Comunidade Indígena do Catu dos Eleotérios	Silva, Ageilson de Holanda; Silva Filho, Everaldo da; Gomes, Bianca Alexandria; Ferreira, Flavio Rodrigo Freire; Marinho, Eberton da Silva

2019	RCC Curso Técnico em Eventos	Curso Técnico em Eventos/IFRN	Eventos culturais indígenas e experiências criativas associadas ao turismo: Planejamento e organização da Festa da Batata da aldeia Catu	Silva, Alexandre Pedro da Silva, Geyson Fernandes da
2020	Livro	PPGAS – PPGH/UFRN	Guia Cultural Indígena – Rio Grande do Norte	Cavignac, Julie A.; Alveal, Carmen (coord); Soares, José Luiz; Oliveira, Meyriane Costa de.
2021	Trabalho de Conclusão de Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo/IFRN	Análise do potencial de desenvolvimento do turismo Étnico-Criativo na comunidade dos Santos Catu dos Eleotérios	Pimentel, Maria José dos Santos
2021	Trabalho de Conclusão de Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo/IFRN	Análise do perfil e da satisfação dos visitantes da aldeia Catu dos Eleotérios com a experiência imersiva do roteiro	Arcanjo, Vandregefson da Costa
2021	Trabalho de Conclusão de Curso	Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo/IFRN	Percepções e apoio da comunidade local ao desenvolvimento turístico em municípios da Região Geográfica Imediata de Canguaretama/RN	Silva, Geyson Fernandes da

Quadro 03: Produções com autoria dos Potiguaras do Katu

Fonte: Elaboração própria

O quadro 03 demonstra o quanto o chamamento para que as pessoas vissem seu modo de viver que vem ocorrendo desde a audiência pública de 2005 tem sido determinante para a autoafirmação da comunidade. Não só os visitantes têm escrito sobre o Catu. Os próprios catuzeiros também o tem feito sobre si. Certamente, esse cenário tem ligação direta com o papel das Instituições de Ensino Superior (IES) que vem visitando o Catu com o propósito de compreender a indianidade contemporânea no RN. É lícito afirmar, conforme descrito na contextualização desse estudo, que isso tudo também se dá como consequência da série de ações afirmativas que passam a fazer parte da agenda governamental do início do século XXI.

A respeito das IES, a ênfase maior neste sentido fica a cargo da UFRN na primeira década do século XXI e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), a partir da implantação da unidade no município de Canguaretama em 2013. Assim, em 10 anos de atuação na Microrregião do Litoral Sul do RN, em suas diversas formas de oferta de ensino, o Campus Canguaretama atendeu 70 residentes da comunidade do Catu. Além de várias iniciativas tanto de pesquisa quanto de extensão. Vale citar o exemplo o da implementação do Programa Saberes Indígenas na Escola³⁷, juntamente com as ações do Observatório da Diversidade³⁸ e do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI³⁹) no campus. Tanto a fala dos entrevistados quanto em estudos como o de Silva & Filgueira (2020) demonstram como tais intervenções impactam positivamente na percepção do “ser indígena” do povo do Catu.

Além das iniciativas das IES, o trabalho intercultural das duas escolas da comunidade e mais recentemente as práticas de recepção com fins turísticos e recreativos tem sido determinante para os processos de etnogênese que os Potiguaras do Katu têm vivenciado desde o início dos anos 2000. Sendo, portanto, um dos caminhos encontrados pela comunidade para exercer sua resistência. Isso, inclusive, tem despertado outros tipos de recepção, como é o caso das emissoras de televisão com o propósito de produção de programas que tenham como pauta a temática indígena no RN⁴⁰, bem como, cineastas profissionais a fim de produzir documentários⁴¹ que identifiquem os povos originários no RN. Vale salientar que um dos produtos do presente estudo será uma produção fílmica acerca do processo de levantamento e análise de dados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do propósito de verificar como o discurso contra hegemônico revela a verdade sobre si dos povos originários este capítulo assentou-se numa abordagem qualitativa que abarcou RNL e RSL como estratégia de sistematização de informações, bem como,

³⁷ <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/718>

³⁸ <https://docente.ifrn.edu.br/flavioferreira/aviso/conheca-o-observatorio-da-diversidade>

³⁹ <https://www.instagram.com/neabicang/>

⁴⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=hNBbwmkPOyo>

<https://www.youtube.com/watch?v=JF7OTXHjBPc>

⁴¹ <https://imaginariodigital.org.br/visoes-perifericas/2019/filme/tradicional-familia-brasileira-katu>

trabalho de campo compreendendo o uso de estratégias como observação participante, registros fotográficos/filmicos e realização de entrevistas. Elementos observados por meio da lente foucaultiana nas tecnologias de estatuto de verdade e governo de si e dos outros (Foucault, 1996, 1999, 2010).

A partir dos elementos empregados foi possível perceber que observar as questões relacionadas a etnicidade do Eleotérios do Catu implica em despir-se dos estereótipos que posicionam a figura dos povos originários a uma visão caricata de selvageria e medo. Implica ainda superar expectativas de encontrá-los com características de povos isolados no que se refere a seu *modus vivendi*. Até porque manter um olhar anacrônico neste sentido, significa assumir a posição da historiografia oficial que até meados do século XX afirmava inexistir população indígena no RN deste o século XIX. O dizer de si dos Potiguaras do Katu remete a reconhecer que assim como a realidade do Nordeste brasileiro houve incorporação de práticas discursivas do colonizador, notadamente após a imposição do Diretório dos Índios no século XVIII. Porém, também é pertinente precisar sua resistência em si quando resolve “amoitar-se” e muitas vezes negar sua indianidade para fins de salvaguarda de suas práticas culturais.

Uma limitação do estudo foi não ampliar a ausculta da oralidade aos visitantes acadêmicos. Entretanto, vale considerar que todas as 64 obras elencadas na RSL tiveram sua leitura contemplada para elaboração do repertório discurso acadêmico. Fica neste sentido a sugestão que estudos futuros considerem ouvi-los seja por meio de grupos focais ou ainda de entrevistas semiestruturadas. Dentre as contribuições do estudo vale registrar seu uso no sentido de contextualizar de forma explícita a fala do povo do Catu sobre si, bem como, o cenário em que ela se insere. Desta feita, ainda se acrescenta a contribuição do estudo para situar a fala dos residentes no processo de recepção de visitantes a partir de sua própria oralidade que sai do universo tácito e adentra o explícito na construção do conhecimento com o apoio deste texto.

REFERÊNCIAS

Apolinário, J. R., & Moreira, V. M. L. (2021). Diretório dos Índios entre recepções, traduções e novas operações historiográficas. *Saeculum – Revista de História*, 26(44), 281–289. <https://doi.org/10.22478/ufpb.2317-6725.2021v26n44.60290>

- Baniwa, G. d. (2006). *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/indio_brasileiro.pdf
- Brasil. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Centro Gráfico.
- Carvalho, M. R. de. (1987). *Dicionário tupi (antigo) - português*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia.
- Cavignac, J. A. (2010). A etnicidade encoberta: 'índios' e 'negros' no Rio Grande do Norte. Mneme - Revista De Humanidades, 4(08). <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/167>
- Diegues, A. C. (2008). *O mito moderno da natureza intocada*. (6a ed.). São Paulo: Hucitec.
- Escola Municipal Indígena Alfredo Lima (EMIAL). (2018). Projeto Político Pedagógico. Goianinha: EMIAL.
- Escola Municipal Indígena João Lino da Silva (EMIJLS). (2022). Projeto Político Pedagógico. Canguaretama: EMIJLS.
- Faria, I. F. de, Castro, C. C., & Osoegawa, K. D. (2022). Povos indígenas: da negação da identidade e do território ao direito originário à terra no Amazonas. *Revista Ciência Geográfica*, 26(2), 926–950. <https://ppg.revistas.uema.br/index.php/cienciageografica/article/view/2926>
- Feres Júnior, J., Campos, L. A., Daflon, V. T., & Venturini, A. C. (2018). História da ação afirmativa no Brasil. In Feres Júnior, J., Campos, L. A., Daflon, V. T., & Venturini, A. C. (2018). *Ação afirmativa: conceito, história e debates* (p. 65–89). Rio de Janeiro: EDUERJ. <https://doi.org/10.7476/9786599036477.0006>.
- Flick, U. (2013). *Introdução à Metodologia da Pesquisa*. Porto Alegre: Penso.
- Fontella, L. G. (2019). O conceito de etnogênese: o dinamismo histórico das identidades coletivas. *Revista História Debates e Tendências*, 20(1), 19–35. <https://doi.org/10.5335/hdtv.1n.20.10409>
- Foucault, M. (2010). *O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983)*. São Paulo: Martins Fontes.

- Foucault, M. (2000). O que são as luzes? In FOUCAULT, M. (2000a). *Ditos & Escritos II – Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (pp. 335-351). Forense Universitária.
- Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso aula inaugural no Collège de France, 1970*. (3a ed.). São Paulo: Edições Loyola.
- Galeano, E. (2004). *Las venas abiertas de América Latina*. Cidade do México: Siglo XXI editores.
- Guerra, J. G. (2009). Construindo outra história: do silêncio às múltiplas vozes indígenas do Rio Grande do Norte. *XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza - CE - Brasil: Associação Nacional de História. https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772007_a85e687df64b980e0d5831f7c28f3515.pdf
- Haesbaert, R. (2021). *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense. Livro digital, PDF. <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20210219014514/Territorio-decolonialidade.pdf>
- Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA. (2013). *Plano de manejo - APAPU*. Natal: IDEMA. <https://drive.google.com/file/d/1IWOibX7Iym8x5YM2qfBxyW-yVXY6fUKi/view>
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lather, P. (2013). Methodology-21: what do we do in the afterward? *International Journal of Qualitative Studies in Education: QSE*, 26(6), 634–645. <https://doi.org/10.1080/09518398.2013.788753>
- Lessa, R. O. (2014). O sentido da etnografia filmica compartilhada de Jean Rouch em “Crônicas de um verão”. *Cadernos de arte e antropologia*, 3(1), 91–102. <https://doi.org/10.4000/cadernosaa.329>

- Lopes, F. M. (2005). *Em nome da liberdade: as vilas de índios no Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII*. [Tese de Doutorado em História]. Universidade Federal de Pernambuco, Recife. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7480>
- Lopes, F. M. (1999). As missões religiosas na Capitania do Rio Grande nos séculos XVII e XVIII. In Almeida, L. S. de, Galindo, M. & Silva, E. (edit.). (1999). *Índios do Nordeste: temas e problemas*. Maceió: EDUFAL. <http://www.etnolinguistica.org/index:almeida-1999-indios>
- Lira, D. R. de., Oliveira, J. P. F. de., Costa Filho, J. B., Pessoa, K. K. A., Alves, N. J. (2021). *Canguaretama: cidade da gente: estudos regionais: anos finais*. Fortaleza: Didáticos editora.
- Medeiros, R. P. de. (2005). Bárbaras guerras: povos indígenas nos conflitos e alianças pela conquista do sertão nordestino colonial. *XXIII Simpósio Nacional de História*. Londrina - PR - Brasil: Associação Nacional de História. https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206574_097ffb912f98b77ef3c48fd676516340.pdf
- Mendes-Da-Silva, W. (2019). Contribuições e Limitações de Revisões Narrativas e Revisões Sistemáticas na Área de Negócios. *Revista de Administração Contemporânea*, 23(2), 1–11. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2019190094>
- Paula, T. do N. T. de. (2020). Terras do norte: a formação da capitania do Rio Grande (séculos XVI, XVII e XVIII). *Contraponto - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI*, 9(1). <https://revistas.ufpi.br/index.php/contraponto/article/view/11503/6590>
- Pinheiro, E. M., Kakehashi, T. Y., & Angelo, M. (2005). O uso de filmagem em pesquisas qualitativas. *Revista latino-americana de enfermagem*, 13(5), 717–722. <https://doi.org/10.1590/s0104-11692005000500016>
- Peixoto, R. A. (2015). Por Deus, pela Pátria e pelo Rei – Os Holandeses no Rio Grande e a fabricação dos conceitos acerca do espaço na década de 1930. *Revista De História Regional*, 20(2). <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/8111>
- Peixoto, R. A. (2014). ‘Duas Palavras’: ‘Os Holandeses no Rio Grande’ e a invenção da identidade católica norte-rio-grandense na década de 1930. *Revista De História Regional*, 19(1). <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/6016>

- Prefeitura Municipal de Canguaretama. (2019). *Relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas no ano de 2018*. Canguaretama: Prefeitura Municipal de Canguaretama.
<http://topdown.servehttp.com:8080/Transparencia/pmcanguaretama/docs/prestacaocotas/21%20Relatorio%20Circunstanciado%202018.pdf>
- Puntoni, P. (1999). Apontamentos para o estudo da Guerra dos Bárbaros. In Almeida, L. S. de, Galindo, M. & Silva, E. (edit.). (1999). *Índios do Nordeste: temas e problemas*. Maceió: EDUFAL. <http://www.etnolinguistica.org/index:almeida-1999-indios>
- Rio Grande do Norte. (2013). *Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte –RN Sustentável: Marco Conceitual dos Povos Indígenas do RN*. Natal: Governo do Estado do Rio Grande do Norte.
<https://www.governocidadao.rn.gov.br/smiv3/site/documentos/arquivo/5a93845dbf3bdbba95dac37b5a2115e6.pdf>
- Santos, M. do C. R. da C. F. dos (2018). O Constitucionalismo Pluralista do Bem Viver: a reação latino-americana ao paradoxo do desenvolvimento. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, 12(1).
<https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/15983>
- Santos, T. C. (2020). “*Não há conflito se for feita releitura*”: a experiência escolar dos Potiguaras do Catu no contexto de convivência intercultural numa escola não indígena (Goianinha/RN, 2015-2019). [Dissertação de Mestrado Profissional em Ensino de História]. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/30047>
- Scheyvens, R., Carr, A., Movono, A., Hughes, E., Higgins-Desbiolles, F., & Mika, J. P. (2021). Indigenous tourism and the sustainable development goals. *Annals of Tourism Research*, 90(103260), 103260. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2021.103260>
- Silva, C. M.M. da. (2007) *...Em busca da realidade... : a experiência da etnicidade dos Eleotérios (Catu/RN)*. [Dissertação de Mestrado em Antropologia Social]. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/12251>

- Silva, D. J. de S. (2016). Movimento indígena latino-americano: uma primeira revisão da literatura. *Revista Geográfica Acadêmica*, 10(2), 154–163. <https://revista.ufrn.br/rga/article/view/3812>
- Silva, V. A. da. (Vando). (2008). O Catu de ontem e de hoje. In Silva, V. A. da. (Vando). & Soares Filho, M. S. (Nascimento). (2008). *Minha vida do passado e O Catú de ontem e de hoje: projeto Xilogravura Catú*. Natal: Banco do Nordeste/Gráfica Manimbu.
- Silva, V. P. & Filgueira, P.V. S. (2020). Participatory rural appraisal to assess sustainability in the Catu indigenous community, Rio Grande do Norte, Brazil. *Research, Society and Development*, 9(7), 1-26. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i7.3791>
- Soares Filho, M. S. (Nascimento). (2008). Minha Vida do Passado. In Silva, V. A. da. (Vando). & Soares Filho, M. S. (Nascimento). (2008). *Minha vida do passado e O Catú de ontem e de hoje: projeto Xilogravura Catú*. Natal: Banco do Nordeste/Gráfica Manimbu.
- Suficier, D. M., Azadinho, M. P. M., & Muzzeti, L. R. (2020). Exigências legais para a atuação de professores nos anos iniciais do ensino fundamental (1996-2019). *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, 1461–1473. <https://doi.org/10.22633/rpge.v24i3.13597>
- Svampa, M. (2016). Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: Dilger, G., Lang, M., & Pereira Filho, Jorge (Orgs.) (2016). *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo.
- Oliveira, L. A. de. (2010). O teatro da memória e da história: alguns problemas de alteridade nas representações do passado presentes no culto aos mártires de Cunhaú - RN. *Mneme - Revista De Humanidades*, 4(08). <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/168>
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). (2009).

Data de aceite: 11/12/2023

Data de publicação: 26/12/2023